Valor ECONÔMICO
Publicado em 17/11/2022 - 05:58

PEC retira Bolsa Família do teto por prazo indeterminado

Legislativo Lula quer retirada de pagamento de benefício social do teto de gastos em caráter permanente

PEC da Transição prevê gastos extras em 2023 de R$ 198 bilhões

Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A primeira versão da proposta de emenda constitucional (PEC) da Transição foi apresentada no Congresso Nacional nesta quarta-feira com a sugestão de retirada em caráter permanente do Auxílio Brasil da regra do teto de gastos e a permissão para que o governo federal tenha uma despesa extra de até R$ 198 bilhões em 2023. Valor que pode subir ainda mais com doações para projetos socioambientais ou receitas próprias obtidas por universidades federais.

O texto, levado pelo vice-presidente eleito e coordenador da transição de governo, Geraldo Alckmin (PSB), sofre desde já mais resistências do que o esperado no Parlamento. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) afirmou que o que foi recebido é uma "minuta", que poderá sofrer interferências antes mesmo de ser protocolada.

Tendo percebido as resistências, Alckmin procurou pontuar que "tudo está sendo feito no sentido de fortalecer o Legislativo", a quem caberá dar forma à proposta. "Esta é a proposta e agora caberá ao Congresso analisar. Não entregamos nenhuma PEC, entregamos uma proposta, um anteprojeto. A recepção à PEC foi boa, não quer dizer que esta será a proposta aprovada, mas é um início muito importante", disse.

Os programas de transferência de renda ficarão de fora do teto de gastos. Como o Orçamento para 2023 já prevê R$ 105 bilhões para o pagamento de R$ 400 mensais do Auxílio Brasil, esse montante, aprovada a PEC, será liberado e redistribuído a outras ações, que ainda serão determinadas na peça orçamentária. O texto permite que o governo eleito mantenha o benefício em R$ 600 e pagar um adicional de R$ 150 mensais por criança de até 6 anos de idade, conforme prometido na campanha. O custo estimado dessas medidas é de R$ 70 bilhões. A PEC diz que o governo poderá ignorar as regras fiscais e não precisará compensar esse gasto permanente com incremento de receita ou corte de despesa, desde que os pagamentos comecem até 31 de dezembro de 2023.

Outro ponto proposto pela PEC é usar o excesso de arrecadação em comparação com o ano anterior para fazer investimentos fora do teto. Alckmin disse em entrevista à imprensa que haveria uma trava adicional, de 40% das receitas extras para investimento e 60% para pagar a dívida pública, mas a minuta da proposta autoriza a investir todo o aumento de arrecadação, limitado a R$ 23 bilhões por ano. Além disso, diferentemente do que vinha sendo dito, não se tratam de "receitas extraordinárias", caso de uma privatização, venda de ativo ou doações, mas de simples alta da arrecadação tributária.

Tanto a ampliação do Auxílio Brasil/Bolsa Família como o aumento dos investimentos com base na alta da arrecadação não serão considerados na meta de resultado primário do governo para 2023, diz a PEC. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determinou um déficit primário máximo de R$ 65,9 bilhões. As mudanças seriam permanentes.

A terceira mudança no teto de gastos é permitir a execução de despesas com "projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas", desde que custeados por doações. Também serão liberados os gastos de instituições federais de ensino bancados por receitas próprias (como venda de cursos), doações ou convênios — movimento antecipado pelo **Valor**. Nesses casos, como haverá fonte de receita, não deve haver mudança para o resultado primário do governo.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Castro: "O mais difícil, aqui no Senado, não é a tramitação, é chegar a um entendimento de qual seria o texto mais adequado"

"Não há nenhum cheque em branco. A PEC dá o princípio e a LOA [Lei Orçamentária Anual] vai detalhar como serão usados os R$ 105 bilhões abertos no Orçamento", disse Alckmin, que destacou que o projeto de lei do Orçamento de 2023 terá o menor espaço para investimentos da história, de apenas 0,22% do Produto Interno Bruto (PIB), e que o objetivo é alcançar 1% do PIB. Pela PEC, quem decidirá como serão gastos os R$ 105 bilhões é a equipe de transição, e não o atual Executivo. O gasto entrará como emenda do relator da LOA.

Tanto parlamentares como o governo eleito destacaram que trata-se apenas de uma minuta e que será negociada com senadores e deputados. O relator do Orçamento para 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse que será o primeiro a assinar a PEC e que ela só será protocolada quando houver entendimento entre os partidos para aprova-la, o que ele espera que ocorra até segunda-feira. "O mais difícil, aqui no Senado, não é a tramitação, é chegar a um entendimento de qual seria o texto mais adequado", disse. Ele era o favorito para ser o relator, mas foi pressionado a desistir dessa ideia.

Alcolumbre disse que o prazo é curto e que respeitará o regimento na tramitação da PEC, mas que quer votar de forma célere, após modificações. "O desejo dos senadores é construir um texto conjunto com a Câmara que seja plausível, e que seja com muita responsabilidade, reconhecendo a importância desta matéria, do equilíbrio fiscal, mas que o Congresso possa dar resposta, para que a gente realize esses compromissos com a sociedade brasileira", disse. Na cúpula do Congresso, avalia-se que o texto chegou com "sobras" para negociação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 12

Copyright © Clipclap 2025.